

**HABEAS CORPUS Nº 501.954 - SP (2019/0092946-8)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BRUNA GONÇALVES LOUREIRO DE ANDRADE BARROS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LUCAS DOS SANTOS SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUCAS DOS SANTOS SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0059875-86.2016.8.26.0050).

Os autos dão conta de que o paciente foi condenado, por infração aos arts. 157, § 2º, II, do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/1990, à pena de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime semiaberto, além do pagamento de 23 (vinte e três) dias-multa (e-STJ fls. 21/25).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação no Tribunal de origem, que lhe negou provimento nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fls. 39/40):

*APELAÇÃO - Roubo qualificado e corrupção de menores (artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal c.c. o artigo 244-B da Lei nº 8.069/1.990, na forma do artigo 69 do primeiro diploma legal) - Sentença condenatória - Apelação do réu - Defesa requer, em relação ao crime de corrupção de menores, a absolvição por insuficiência probatória ou, alternativamente, o reconhecimento do concurso formal com o crime de roubo, em detrimento do concurso material. No tocante ao crime de roubo, pede a desclassificação do delito para a forma tentada, com a consequente redução da pena à razão de 2/3 (dois terços) e, em relação a ambos os delitos, pugna pelo reconhecimento das atenuantes da confissão e espontânea e menoridade relativa, com a consequente redução das penas-base impostas, bem como pela a fixação de regime inicial aberto para cumprimento da pena corporal, em detrimento do fechado - Descabimento - Absolvição pela prática do crime de corrupção de menores - Impossibilidade - Materialidade e autoria delitiva comprovadas - Corrupção de menores é delito formal, que independe da efetiva comprovação da corrupção - Súmula 500 do Col. STJ - Reconhecimento do concurso formal de crimes - Impossibilidade - Ficou devidamente provado que o réu Lucas dos Santos Silva e o adolescente infrator [L H S de C], juntos e previamente ajustados, abordaram a vítima quando esta caminhava pela via pública e, mediante grave ameaça, subtraíram dela um aparelho celular,*

*empreenderam fuga e logo em seguida foram capturados pela polícia militar - Concurso material evidenciado - Desclassificação do crime de roubo para a forma tentada - Impossibilidade - Houve a inversão da posse do bem, ainda que por curto lapso temporal - Crime consumado - Súmula 582 do Col. STJ - Precedentes jurisprudenciais - Reconhecimento das atenuantes da confissão espontânea e menoridade relativa, com a consequente redução das penas-base impostas - Impossibilidade - Atenuantes que, embora tenham sido devidamente reconhecidas pela primeira instância, não implicam a redução das penas-base porque já fixadas no mínimo legal, em estrita observância ao enunciado da Súmula 231 do Col. STJ - Abrandamento do regime prisional - Impossibilidade - Ainda que o réu seja tecnicamente primário, praticou crime grave contra adolescente, contribuindo para que o jovem iniciasse tão cedo na senda criminoso, e outro crime gravíssimo de roubo contra uma mulher indefesa, na via pública, em período noturno e em concurso de agentes, indicativo de periculosidade e de personalidade violenta - Regime fechado adequadamente estabelecido - Precedentes desta Colenda 9ª Câmara de Direito Criminal, em casos análogos - Sentença condenatória mantida - RECURSO IMPROVIDO.*

Na ocasião, o Tribunal determinou, ainda, que, "***certificado o trânsito em julgado desta decisão quanto aos recursos ordinários, deverá ser expedido o competente mandado de prisão***" (e-STJ fl. 54).

De acordo com a impetrante, contra esse acórdão foram opostos embargos de declaração, que ainda aguardam julgamento (e-STJ fl. 2).

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo afirma, em suma, que "*não existe previsão legal de prisão automática e acrítica como efeito do acórdão que nega provimento ao recurso de apelação da Defesa. E, no presente caso, não foi indicada qualquer razão (art. 316) que devidamente motive a cautelaridade (art. 315) necessária para atingir uma das finalidades estabelecidas em lei (art. 314) para a segregação cautelar em processo em andamento*" (e-STJ fl. 5).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, que seja concedido ao ora paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (e-STJ fls. 1/7).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, especialmente porque o Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação interposto pela acusação, determinou a expedição do mandado de prisão na forma determinada pela nova orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal (HC n. 126.292/SP, relator Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016), segundo a qual só deve ocorrer a expedição do mandado de prisão após o esgotamento das instâncias ordinárias.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal estadual, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se à autoridade apontada como coatora a senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator